



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680170 - SP (2021/0219382-0)**

**RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RAPHAEL CAMARÃO TREVIZAN - AC004256**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LEANDRO MARQUES VILELA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO MARQUES VILELA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AGRAVO EM EXECUÇÃO n. 0011623-85.2020.8.26.0996).

O paciente foi beneficiado com a progressão ao regime semiaberto. Elaborado novo cálculo de penas, considerou-se como data-base para o cálculo de novos direitos prisionais, em especial a progressão ao regime aberto, a data em que o agravante adquiriu o direito ao benefício. A referida decisão foi mantida pelo Tribunal de origem.

A impetrante sustenta que "a data-base a ser considerada para fins de nova progressão deve ser a data em que o réu atinge o lapso para o benefício anterior" (fl. 4), sendo inadequada sua fixação a partir da data em que foi realizado o exame criminológico.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que considere como data base para a progressão de regime a data em que preenchido o prazo temporal, de caráter objetivo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, mormente na espécie, em que o pleito não se reveste de plausibilidade consoante a jurisprudência do STJ. Confirmam-se:

3. Sendo determinada a realização de exame criminológico, reputa-se preenchido o requisito subjetivo no momento da realização do exame favorável ao paciente, razão pela qual deve ser considerado como data-base para nova progressão, mesmo estando o requisito objetivo preenchido em momento anterior. Caso dos autos. Precedente: HC 414.156/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 29/11/2017. (AgRg no HC n. 620.573/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 7/12/2020.)

V - Portanto, a data-base para verificação da implementação dos requisitos objetivo e subjetivo, previstos no art. 112 da Lei n. 7.210/84, deverá ser definida de forma casuística, fixando-se como termo inicial o momento em que preenchido o último requisito pendente, seja ele o objetivo ou o subjetivo.

VI - *In casu*, ante a determinação de realização de exame criminológico, o requisito subjetivo somente restou implementado no momento da realização do exame favorável ao paciente, razão pela qual deve ser considerado como data-base para nova progressão, mesmo estando o requisito objetivo preenchido em momento anterior. (HC n. 414.156/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 29/11/2017.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente